

Reflexões sobre a obra “*O Livre-Arbítrio*” de Santo Agostinho: Uma Proposta de Esboço

*Allyson Pereira de Almeida*¹
*Gerson F. de Arruda Júnior*²

Introdução

Depois de convertido ao cristianismo católico e batizado, Agostinho tenta voltar a Tagaste, na África do Norte. No entanto, sua mãe falece, enquanto eles esperavam a partida da embarcação que os levaria à Tagaste. Motivado pela morte de sua mãe, Agostinho decide ir e ficar em Roma no inverno do ano de 387 e todo o ano de 388.

Desejando prevenir seus amigos e, se possível um bom número de pessoas, da doutrina errônea e equívoca dos maniqueus, Agostinho escreve vários tratados entre os quais, ‘*O Livre-Arbítrio*’, iniciado em 388. Ao voltar para Tagaste continua a escrevê-lo, mas só o termina em Hipona, por volta de 394/95, quando já é sacerdote da Igreja Católica. Por tratar-se de vários períodos e várias fases na vida de tal escritor, a estrutura de sua obra paulatinamente vai mostrando cada vez mais uma grandeza reflexiva. O livro I foi escrito ainda antes de Agostinho ter sido convertido, o mesmo não ocorre com os livros II e III.

Agostinho defende que o livre-arbítrio é sempre um bem concedido ao homem por Deus, mesmo que o homem utilize-o de forma errônea, o que provoca o mal. Para sustentar tal afirmação, Agostinho desenvolve uma das teorias mais interessantes do período Medieval, acerca da liberdade da vontade e do mal.

A obra ‘*O Livre-Arbítrio*’ é escrita em forma de diálogo, entre Agostinho e seu amigo Evódio (que não se sabe ao certo se realmente existiu), e trata sobre a vontade livre do homem e a origem do mal. A principal afirmação de Agostinho é que o livre-

¹ Bacharel em Filosofia – Universidade Católica de Pernambuco. E-mail: allysonalmeida17@yahoo.com.br

² Doutor em Filosofia. Professor de filosofia no Centro de Teologia e Ciências Humanas da Universidade Católica de Pernambuco. E-mail: gjkoine@yahoo.com.br

LIVRO I: O PECADO E O LIVRE-ARBÍTRIO

No Livro I, Agostinho e Evódio chegam à conclusão que o homem possui o livre-arbítrio (a vontade livre). Porém, diante da afirmação de Agostinho de que o livre-arbítrio é um bem dado por Deus, Evódio levanta um problema ao afirmar que é por tal liberdade que o homem peca: “O quanto me parece ter compreendido no livro anterior, é que nós só possuímos o livre-arbítrio da vontade, mas acontece ainda que é unicamente por ele que pecamos” (AGOSTINHO, 2004, p. 73).

A abordagem temática desta síntese dar-se-á de maneira mais explícita ao Livro II, que trata acerca da origem do mal, mostrando que este está no livre arbítrio e não é proveniente de Deus. É uma privação daquele que pode deliberar. Ao tratar deste tema, Agostinho usa de exemplos do cotidiano para levar a uma compreensão do tema.

Essa afirmação de Evódio envolve várias implicações. Agostinho acredita que o livre-arbítrio é um bem e, sendo assim, só pode ser dado por Deus, pois este é a fonte de todo o bem. Porém, se é por esta liberdade de juízo que o homem peca e, sendo o pecado um mal, ter-se-ia dois problemas fundamentais: o primeiro, se realmente o livre arbítrio é um bem; e, segundo, se é por ter a capacidade de livre arbitrariedade que o homem peca, como pode essa capacidade ter sido dada por Deus, uma vez que este é a fonte exclusiva de todo o bem?

É importante ter em mente que mesmo Agostinho sendo cristão e fervoroso na fé, na sua investigação ele junta dois meios: a fé e a razão. Segundo o pensamento agostiniano, não basta apenas ter fé, é necessário saber sobre o que se acredita. E também não basta apenas mover-se pela razão, pois, para que essa seja eficiente, é necessário acreditar no que se investiga. Portanto, em sua investigação sobre o livre-arbítrio, Agostinho primeiramente prova a existência de Deus. Depois, prova que o livre-arbítrio é um bem e, por conseguinte, provém de Deus.

1. Primeira parte: essência do pecado – submissão da razão as paixões

Uma argumentação inicial é mostrar a importância do desejo

à lei eterna. A partir desta busca mostrar que o nosso agir está submetido ao nosso desejo de agir.

1.1. 'Busca da origem do pecado'

A argumentação se dá a partir da pergunta de Agostinho: 'Qual a causa de procedermos mal?' Antes, ele busca compreender o que é o proceder mal através de exemplos que ele usa: os adultérios, os homicídios e os sacrilégios. Ao fazer sua exposição, defende a existência de dois tipos de mau: o físico (que gera o sofrimento) e o moral (que gera o pecado). A partir dos seus exemplos, busca a compreensão de como eles podem ser considerados maus.

Através desta busca do agir mal, com seus exemplos, discursões e argumentos, Agostinho mostra que *'o mau provém da paixão interior'*.

(...) Ev: Vejo já não ser mais preciso longos discursos para me convenceres do mesmo a respeito do homicídio, do sacrilégio e, enfim, de todos os outros pecados. Com efeito, é claro que em todas as espécies de ações más é a paixão que domina (...). (AGOSTINHO, 2004, p. 32)

1.2. 'Objeção: e os homicídios cometidos sem paixão?'

(...) Se um homem matar a outro, não pelo desejo de conseguir alguma coisa, mas pelo temor de que lhe suceda algum mal?(...). (AGOSTINHO, 2004, p. 33).

Agostinho aqui mostra que se ele agisse assim, seria por um desejo de viver sem medo, não seria uma paixão. Após uma breve discursão e argumentação com Evódio, Agostinho chega a uma conclusão: há um homicídio no qual não se encontra o mau desejo. Logo, há uma espécie em que não haveria pecado, pois nele não estaria o desejo (a concupiscência).

1.3. Outra objeção: e os homicídios cometidos em autodefesa, admitidos pela lei civil?

Aqui Agostinho introduz uma pequena diferença, que será abordada mais eficazmente no próximo capítulo, sobre a lei eterna e a lei temporal. Para ele, a lei eterna estaria isenta da paixão. Ela é

feita para a defesa do povo. Aquele que a fez para o povo, fez sem ser movido pela paixão e, caso houvesse, ele não teria cedido.

1.4. Solução: saber distinguir lei eterna das leis temporais

Aqui está o cume de toda a primeira parte do seu livro: saber fazer essa distinção. A lei eterna exige a subordinação das razões à paixão. Por ela os homens merecem a vida feliz. Ela é, portanto, eterna e imutável. A lei temporal, que é inferior e esta submissa a esta, pode ser justa, porém é mutável com o passar do tempo.

(...) Então, para exprimir em poucas palavras, o quanto possível, a noção impressa em nosso espírito dessa lei eterna, a noção impressa em nosso espírito dessa Lei eterna, direi que ela é aquela lei em virtude da qual é justo que todas as coisas estejam perfeitamente ordenadas (...). (AGOSTINHO, 2004, p. 41).

2. Segunda parte: a causa do pecado – o abuso da vontade livre

Ao introduzir esta temática, Agostinho prepara o seu argumento principal: Só a má escolha do livre-arbítrio, pelo homem, pode ser a causa do pecado.

2.1. O homem é superior aos animais pela razão

Com o objetivo de ‘dar a luz’ e levar as pessoas a um conhecimento, Agostinho, respondendo argumenta que os homens sabem que vivem e este saber dar-se por algo, A RAZÃO. Esta capacidade torna, portanto, o homem superior a todos os animais. Em sua ideia uma coisa é viver (como todos os seres vivem), e outra é saber que se vive (que só ocorre mediante a esta capacidade).

Em consonância, o Princípio Vital, comum a todos os seres, encontra-se na alma, que para Agostinho subdivide-se em dois tipos: *anima* (encontra-se em todos os seres) e *animus* (alma que pensa e raciocina). Esta seria a sede da sabedoria. Para ele, a razão superior que se encontra no espírito ou mente, concede ao homem contemplar as razões eternas e Deus.

O conhecimento (sabedoria) é uma ciência que não pode ser má. Por ela, os homens procuram uma boa vida. Portanto saber que se vive, é melhor do que viver. “(...) Ag: Eis, então, que agora entendes o que me respondeste ignorar: nem todo ser vivo sabe que vive, ainda que todo aquele que sabe que vive seja necessariamente ser vivo (...)”.

(AGOSTINHO, 2004, p. 45).

A ideia de mostrar que há um elemento que diferencia o homem dos animais (mente ou espírito) tem como objetivo, que será exposto mais adiante, de mostrar que o homem é total consciente de suas atitudes, sejam elas boas ou más.

2.2. O lugar do homem na escala da perfeição dos seres

O homem sempre possui algo em comum com os animais, porém algo há de maior que o diferencia e o torna superior a qualquer um nesta escala de perfeição.

A razão deve dominar todos os movimentos da alma para que o homem esteja ciente das suas atitudes. Se houver uma dominação pelas paixões (desejos), o homem pode acabar perdendo-se nesta sua perfeição. Portanto, o homem deve estar submisso a razão. Com esta ideia, Agostinho enfatiza a importância do homem de estar ciente de suas atitudes, de saber suas consequências e de buscar sempre o melhor para si.

(...) Ag: Então, quando a razão, a mente ou o espírito governa os movimentos irracionais da alma, é que está a dominar na verdade no homem aquilo que precisamente deve dominar, em virtude daquela lei que reconhecemos como sendo a lei eterna (...). (AGOSTINHO, 2004, p. 47).

2.3. O homem sábio é aquele que vive submisso à razão

Durante este capítulo, Agostinho faz duas distinções de fundamental importância: Sábio e Insensato. O primeiro como aquele homem cujas paixões estão submissas ao domínio da mente (que é dotada de razão – *‘intellectum’*) e o segundo como aquele a quem a mente não reina como atividade suprema, faltando assim, um domínio nele.

(...) Ag: Os homens, a que te referiste, possuem de fato a mente, pois não realizariam ações que executam se não a tivessem. Mais essa mente não exerce domínio sobre eles mesmos, e assim são uns insensatos. E é sabido que o reino da mente não pertence a não ser aos sábios (...). (AGOSTINHO, 2004, p. 49).

É importante perceber, que todos os homens possuem mente mais nem todos permitem o governo dela. Aqui, Agostinho já introduz, implicitamente, uma ideia de liberdade. O homem pode escolher se ela deve ou não exercer o controle em si.

Em linhas gerais três são as ideias principais:

- a razão confere a superioridade do homem aos animais;
- a razão não pode ser submissa às paixões;
- a razão deve governar a alma, afim de o homem ser sábio.

2.4. Nada força a razão a submeter-se às paixões

Durante o desenvolver deste capítulo, Agostinho quer mostrar a Evódio que a mente cheia de virtudes não se submete às paixões e que há uma liberdade para deixar-se submeter ou não. ‘Nenhuma alma viciada domina uma cheia de virtudes’. Em um simples argumento dedutivo, ele mostra que não há nada de mais nobre do que a mente dotada de razão e sabedoria, exceto Deus. “(...) Ag: Existe, na tua opinião, algo mais nobre do que a mente dotada de razão e sabedoria? Ev: A meu ver, nada existe, exceto Deus (...)”. (AGOSTINHO, 2004, p. 51).

2.5. O Ser supremo não constrange a mente humana a ser escrava das paixões

Agostinho aqui utiliza uma argumentação com a finalidade de mostrar a bondade Deus. Um ser que ultrapassa a mente não é injusto e se ainda tivesse esse poder não submeteria as paixões. Para ele, Deus não obriga ninguém a ser escravo das paixões. A única coisa que submete a alma às paixões é o livre-arbítrio.

(...) Ag: Portanto, não há nenhuma outra realidade que torne a mente cúmplice da paixão a não ser a própria vontade e o livre-arbítrio (...). (AGOSTINHO, 2004, p. 52).

A concupiscência (desejo) é ocasião, não a causa do pecado e se enraíza no livre arbítrio. Nada força o homem a obedecer às paixões. Ele é livre. Sendo assim, podemos definir o livre-arbítrio como: ‘uma vontade esclarecida pela razão a partir de uma decisão soberana de quem o usa’. O pecado seria, portanto, a submissão da razão às paixões, a desobediência das leis divinas e o afastamento do ‘Bem Supremo’.

3. Terceira parte: a atuação da boa vontade prova que o pecado vem do livre-arbítrio.

A argumentação principal deste tópico foi descrita no título: a prova que o pecado vem do livre arbítrio.

3.1. Dúvidas de Evódio

Neste breve capítulo, Evódio coloca questões que deixa Agostinho em dúvidas e que levará, mais tarde, há reflexões profundas: -a questão da justiça do castigo aplicado; -como o homem que possui sabedoria pode deixar-se submeter pelas paixões.

3.2. Uma hipótese do platonismo

Evódio, aqui, questiona a causa das penas cruéis, uma vez que agimos sem ser sábio. Agostinho faz então referência ao ‘Mundo das Ideias’ de Platão e apresenta a Teoria da Boa Vontade, o tema central. A alma que para Platão, poderia existir numa outra vida, é apresentada por Agostinho como pertencente a esta quando vem para o corpo. É importante perceber o papel desta boa vontade na vida de cada um, pois todos, dentre os inúmeros desejos, almejam em comum à felicidade. Seu conceito está diretamente ligado a ‘*eudaimonia*’, seria, portanto, aquilo que nos faz viver com retidão e honestidade para alcançar a sabedoria, pela qual a razão domina a fim de alcançarmos o reino da lei eterna.

(...) Ev: O que vem a ser a boa vontade? Ag: É a vontade pela qual desejamos viver com retidão e honestidade, para atingirmos o cume da sabedoria (...). (AGOSTINHO, 2004, p. 56)

Agostinho, após apresentar o seu conceito, mostra que ‘*a boa vontade está em nossas mãos*’ e que depende de nós alcançá-la ou não. Ela livra o homem de uma miséria interior, implicando assim, na vivência segundo as virtudes (o agir bem). A nossa vontade é livre e a Boa Vontade é um grande tesouro. Quem não a tem, faltam bens que escapam do poder.

3.3. Nossa boa vontade implica o exercício das quatro virtudes cardeais

Apresentadas aqui por Agostinho como aquilo que nos

conduz a esta boa vontade. São elas:

- PRUDÊNCIA: o desejo de evitar aquilo que não é bom;
- FORÇA: desprezo daquilo que não está sob o nosso poder;
- TEMPERANÇA: virtude que reprime as paixões; e
- JUSTIÇA: dar a cada um, o que é seu. Segundo o autor, essas virtudes nos levariam a viver bem e em conduta da sabedoria.

Para levar uma vida feliz ou infeliz tudo irá depender de nossa boa vontade. A vida infeliz deve ser evitada a fim de viver feliz, desprezando as outras paixões e aceitando a boa vontade e suas virtudes. Ela, portanto, é capaz de conceder essa vida a cada um e quem a seguir viverá feliz e em *'ataraxia'*.

(...) Pois bem, essa mesma alegria gerada pela aquisição de tão grande bem, ao elevar a alma na tranquilidade, na calma e na constância, constitui a vida que é dita feliz (...). (AGOSTINHO, 2004, p. 61).

3.4. Motivo de nem todos conseguirem a desejada felicidade

Agostinho inicia suas reflexões a partir de um questionamento a Evódio: 'Pode haver quem não queira ser feliz?' A busca da felicidade é comum a todos os homens, é algo natural. Diante disto, porque nem todos a obtém? A necessidade mostrada por ele é que o homem recebe aquilo que merece. Quem é feliz não se torna feliz por sua vontade, caso fosse os maus que também desejam também seriam. Os justos, porém, buscaram-na com retidão, ao contrário dos maus.

Santo Agostinho mostra, no decorrer deste capítulo, que o merecimento está na vontade (que é a origem do mau). A partir de uma argumentação, chega à conclusão que todos querem ser felizes mais nem todos conseguem, pois não vivem com retidão (que leva à felicidade).

(...) Ag: Com efeito, o essencial, o que acompanha a felicidade e sem o que ninguém é digno de obtê-la- o fato de viver retamente-, eles não o querem. Ora, a lei eterna, em consideração da qual já é tempo de voltar a nossa atenção, decretou com firmeza irremovível o seguinte: o merecimento está na vontade. Assim, a recompensa ou o castigo serão: a beatitude ou a desventura (...). (AGOSTINHO, 2004, p. 62).

3.5. *Relação da boa vontade com a lei eterna e a temporal*

A vida feliz é atribuída à boa vontade e a infeliz, à má vontade. Quem a ama, ama algo que é eterno e imutável. A partir desta ideia, o autor mostra que há então duas espécies de homens: os amigos das coisas eternas (lei eterna), que traz consigo mesmos a felicidade, e aqueles amigos das coisas temporais (lei temporal), pertencentes aos insensatos. Aqueles que estão submissos à lei eterna se afastam da temporal. O inverso ocorre.

(...) Ag: Logo, é evidente que há duas espécies de homens: uns, amigos das coisas eternas; e outros, das coisas temporais. E já concordamos que há também duas leis: uma eterna, outra temporal. Dize-me, caso tendes o senso de justiça: quais desses homens devem estar colocados entre os submissos à lei eterna e quais à lei temporal? Ev: (...) Aqueles a quem o amor dos bens eternos torna felizes, devem, a meu ver, viver sob os ditames da lei eterna. Ao passo que aos insensatos está imposto o jugo de lei temporal (...). (AGOSTINHO, 2004, p. 64).

Após esta breve reflexão, outra ideia tentada mostrar é a *'maneira como governa a lei temporal'*. Esta lei, que limita os indivíduos e muitas vezes governam os homens de má vontade, está diretamente ligada à posse de bens que os homens desejam.

Agostinho mostra as *'consequências do apego ou desapego dos bens deste mundo'*. Há uma penalidade que surge devido ao amor as coisas boas ou más. Uma, o amor desordenado as coisas deste mundo que são passageiras e a outra o amor com cuidado.

Em resumo Agostinho apresenta a teoria da Boa Vontade, envolvendo a questão das quatro virtudes, como fim a alcançar a felicidade.

3.6. *A definição da essência do pecado mostra que ele procede do livre-arbítrio*

A terceira parte finda aqui e o argumento utilizado por Agostinho é evidenciado: O pecado tem a sua origem no livre-arbítrio. A livre vontade do homem o faz optar e abraçar aquilo que ele escolher. Há então os homens que seguem a lei eterna e aqueles que seguem a lei temporal.

O pecado nos afasta das coisas divinas para o apego as mutáveis. O mal estaria portanto, na origem do livre-arbítrio de nossa vontade.

(...) Ev: Se não me engano tal como a nossa argumentação mostrou, o mal moral tem sua origem no livre-arbítrio de nossa vontade(...). (AGOSTINHO, 2004, p.68-69).

LIVRO II – DEUS, A FONTE DE TODO O BEM

Ao termino do livro I, há uma breve *‘transição ao livro II’*. Nela são exposto os problemas e questionamentos que serão tratados. Agostinho tentará mostrar que o livre-arbítrio é um bem em si mesmo, não um mal. Uma grande dúvida que será abordada na temática deste segundo livro é a gerada das perguntas: ‘Deus é considerado autor de nossas más ações? O livre-arbítrio leva ao pecado. Deus fez bem em nos tê-lo dado?’

O Livro II tem como fundamento básico a sua descrição, que está no título: *‘A prova da existência de Deus revela-O como fonte de todo bem. Deus não é o autor do mal, mais do livre-arbítrio que é um bem’*.

A introdução inicia com a seguinte pergunta: ‘Porque Deus nos deu a liberdade de pecar?’. Aqui, Evódio quer saber a razão pela qual Deus concede ao homem o livre-arbítrio. Tudo o que é bom vem de Deus e o que é justo é bom. Ele atribui a felicidade aos que praticam o bem e não castiga ninguém indevidamente, pois Ele é justiça. O homem procede, portanto de Deus e pode viver retamente, caso queira. Essa argumentação utilizada por Agostinho mostra que Deus não quer e nem concede o mau a ninguém. É necessário que Ele conceda uma liberdade de escolha para que o homem possa viver retamente ou não.

(...) Ag: Por outro lado, se o homem carecesse do livre-arbítrio da vontade, como poderia existir esse bem, que consiste em manifestar a justiça, condenando os pecados e premiando as boas ações? (...) Ora, era preciso que a justiça estivesse presente no castigo e na recompensa, porque aí esta um dos bens cuja fonte é Deus. Conclusão, era necessário que Deus desse ao homem vontade livre (...). (AGOSTINHO, 2004,

Para compreender essa ideia, é necessário ter em mente que Deus nunca foi obrigado a dar nenhum bem ao homem, inclusive este. Ele o deu por vontade livre. Há então duas condições para esta compreensão.

‘Primeira condição para a solução do problema: colocar-se no ponto de vista de Deus’. Aqui jaz o uso de sua Teoria da Iluminação, aonde a luz divina se manifesta em todos. Quem nos deu foi Aquele a quem de modo algum podemos criticar com justiça as ações.

‘Segunda condição: não se limitar à fé, mas procurar o seu entendimento’. Aqui ele introduz o seu princípio: Creio para entender (*‘Credo ut intelligam’*). Será que Deus realmente existe? A fé prova a sua existência, porém através e por ela, a razão também pode chegar a sua compreensão. É necessário receber a verdade pela fé, antes de a acessar pela inteligência com o objetivo de colocar o esforço intelectual no entendimento.

(...) Ag: Pois não se pode considerar encontrado aquilo em que se acredita sem entender. E ninguém se torna capaz de encontrar a Deus se antes não crer no que há de compreender (...). (AGOSTINHO, 2004, p. 79).

Pelo amadurecimento na sua fé, Agostinho mostrará a existência de Deus como fonte de todo e qualquer bem e a prova que Dele não pode sair o mau, só aquilo que é bom. Assim se destina o Livro II do Livre-arbítrio.

4. Primeira parte: início da ascensão a Deus para chegarmos à prova de sua existência.

Como análise e síntese geral, Agostinho quer atingir:

- a prova da existência de Deus;
- que todo bem provém Dele;
- a vontade livre é um bem.

Em uma argumentação bem desenvolvida ele mostra a existência de Deus a partir dos ‘graus do bem’. Havendo algo superior à razão, Deus é este ser do qual provém todo e qualquer bem. Ao terminar, Agostinho discute acerca da origem do mal,

mostrando-o como uma ‘deficiência’(termo depreendido por Platão) do livre-arbítrio.

4.1. Busca do que há de mais nobre no homem: as primeiras intuições do espírito: o existir, o viver, o entender.

Ao introduzir este livro, Agostinho aqui expõe de maneira hierarquizada os ‘3 graus de perfeição do ser’: Ser, Vida e Razão (sendo este o mais elevado e acima dele só Deus). O pensador pergunta de maneira argumentativa a Evódio referente ao qual é o mais elevado. Sua resposta mostra o ‘entender’ como o mais excelente. Uma conclusão clara e objetiva pelo decorrer do diálogo mostra que apenas o homem possui esta mais nobre perfeição.

A partir desta análise introdutória, Agostinho faz uma análise detalhada de cada um dos sentidos, mostrando que, de maneira particular, um a um eles levam a uma faculdade diferente. *O conhecimento advindo dos sentidos externos, pelo sentido comum e pela razão.*

Para ele *os sentidos exteriores são comandados pelo nosso sentido interior* (compreendido pela razão), aonde os externos transmitem conhecimento a este que funciona com o papel de governo.

A nossa razão concede saber a tudo, bem como uma distinção entre os sentidos. Portanto tudo está submisso a ela(esta é a argumentação de Agostinho para mostrar a importância desta perfeição).

4.2. Percebe-se o sentido interior a si mesmo?

(...) Ora, o evidente até o presente é o seguinte: - que os sentidos corporais percebem os objetos corporais; - que esses mesmos sentidos não podem ter a sensação de si mesmos; - que o sentido interior percebe não só os objetos corporais por intermédio dos exteriores, mas percebe até mesmo esses sentidos; - enfim, que a razão conhece tudo isso e conhece-se a si mesma (...)(AGOSTINHO, 2004, p. 87-88).

4.3. O sentido interior, juiz e guia dos sentidos exteriores.

Em uma simples argumentação Agostinho mostra que os sentidos exteriores conferem ao homem uma vida melhor do que

aqueles que apenas existem. Porém entre eles há um *princípio de subordinação*: O sentido interior, subordinado à razão, é aquele que confere a faculdade aos demais.

A distinção entre o ser que vive e o ser que sabe que vive é exposta por Agostinho através da faculdade da razão, entendimento presente apenas nos homens.

O sentido interior funciona como um juiz. Esse princípio (também chamado de regulação) mostra uma dependência entre os seres no seu modo de agir.

(...) pois, já percebeste, eu penso, o que quero dizer, a saber: que o sentido interior julga os sentidos corporais, aprovando um bom funcionamento ou exigindo um mau serviço(...) (AGOSTINHO, 2004, p. 91).

4.4. A razão transcende a tudo mais no homem.

A razão tudo julga e tudo está submetido a ela. Neste capítulo, Agostinho para fortalecer tal argumento, analisa a existência das diversas naturezas: a que apenas existe (não vive nem compreende); a que existe e vive (sem inteligência) e a que existe, vive e entende (homem). Para ele a razão é a ‘cabeça ou o olho da alma’.

A sua *última etapa-acima da razão só Deus* (acima do que há de mais nobre no homem esta o Ser mais nobre de tudo).

4.5. Características de cada sentido exterior.

Em resumo a sequência apresentada por Agostinho é a seguinte:

- 1- sentidos cognitivos: próprios e individuais;
- 2- os objetos atingidos por eles também são;
- 3- compara os cinco sentidos entre si;

Conclusão: o sentido é individual e o objeto é distinto dele e comum a todos.

5. Segunda parte: a intuição de Deus é acima da razão

Em resumo desta parte, Agostinho introduz a razão e a verdade dos números (esta por ser inalterável, está impregnada no espírito). Assim ele aponta três características principais:

inalterabilidade, imutabilidade e certeza. A conclusão que ele mostra é que o conhecimento da intuição de Deus é possuído por todo espírito sadio.

5.1. Os números e suas leis são superiores à razão

Ao introduzir este pensamento, Agostinho mostra algo de comum a todos os seres que podem raciocinar e particular com sua própria razão e espírito: a razão e a verdade dos números (mostra-se igual a todos os que raciocinam, porém cada um faz ‘seus cálculos’ para chegar ao resultado, uma analogia aqui utilizada como recurso argumentativo).

Indo contra o ceticismo (que perdurava na época), Agostinho insiste que há uma verdade comum a todos os seres e aqui, como recurso argumentativo, recorre aos números (que mostram uma verdade imutável capaz de abrir acesso ao mundo inteligível e espiritual) e a matemática (que fornece a ele uma dialética com ideias puras).

A constante ordem dos números segue uma lei certa e imutável que fornece assim: estabilidade, inalterabilidade e imutabilidade. Com esta lei, Agostinho leva o leitor a refletir acerca da verdade, mostrando aos poucos (com este recurso de argumentação) a existência de um Ser tão perfeito, que só pode ser Deus.

A lei dos números é universal e acessível a todos os que raciocinam escapando assim do domínio dos sentidos corporais. Ao introduzir neste final o conceito de SABEDORIA, coloca-a como um viver bem, prudente, uma opção para aqueles que seguem esta ‘lei dos números’.

5.2. Manifestações de sabedoria natural

Agostinho discorre agora acerca do conceito de sabedoria, mostrando-a como o bem supremo da Verdade beatificante e como um bem comum e supremo a todos (aqui utilizada esta ideia para se referir a Deus como o fundamento último de tudo).

5.3. Certezas imutáveis das leis da sabedoria

O argumento principal aqui, disposto neste capítulo, é mostrar como do múltiplo se chega ao uno, que é a base de tudo (uma pré-argumentação para sua argumentação da prova da

existência de Deus)

(...) Portanto, quanto verdadeiras e imutáveis são aquelas leis dos números, das quais, como dizias anteriormente, apresentam-se de modo imutável e universal a todos os que as consideram; e tanto são igualmente verdadeiras e imutáveis as regras de sabedoria. (AGOSTINHO, 2004, p.113).

5.4. A sabedoria e os números encontram sua fonte na Verdade Imutável

Aqui, Agostinho faz uma breve comparação entre ambas mostrando uma simples diferença: Os números são percebidos por todos os corpos e a sabedoria apenas pela alma racional. Ambas, porém, dependem de uma verdade, que em si, é imutável.

5.5. A Verdade imutável é o próprio Deus

Esta verdade contém em si tudo o que é mutável e verdadeiro e apresenta-se a todos os seres capazes de contemplar as realidades verdadeiras.

Inferioridade da mente diante da verdade: incapaz de julgá-la e susceptível de constante mutabilidade. Esta verdade, como descreve Agostinho, é superior a mente e por ser superior a tudo mais, ultrapassa as particularidades.

(...) Assim, pois, se a verdade não é nem inferior, nem igual a nossa mente, segue-se que ela só pode ser superior e mais excelente do que ela (...). (AGOSTINHO, 2004, p. 119).

5.6. Exortação a abraçar a Verdade-fonte única da felicidade

Certamente Santo Agostinho exerce um grande pensamento acerca da felicidade. Aqui ele mostra, por exemplo, uma comparação entre aqueles que buscam a felicidade passageira e aqueles que a encontram eternamente (VIA VERDADE).

A verdade vive na mente humana e esta concede conhecer e possuir o Bem Supremo.

5.7. A Verdade-fonte de liberdade e segurança

Somente a verdade nos liberta da condição do pecado. Isto é mostrado por Agostinho. É importante perceber a construção argumentativa de todo este livro: Falou-se num ser Sumamente

bom, Mostrou as qualidades que ele nos atribui: Agostinho preparou ‘a terra firme’ para sua argumentação que será exposta de maneira clara neste livro.

6. Terceira parte: tudo o que é bom e perfeito vem de Deus.

Eis a argumentação acerca da prova da existência de Deus.

6.1. Conclusão de toda a argumentação anterior: Deus existe!

Após toda a argumentação disposta no livro anterior, Agostinho aqui quer mostrar a Evódio que a excelência maior que todas só pode ser Deus. A sua prova para chegar a verdade é semelhante a Anselmo: opondo-se a Aristóteles, para ele pode-se chegar a Deus através de princípios interiores. Deus existe em função das verdades absolutas e imutáveis da nossa mente.

6.2. A sabedoria manifesta-se aos que a procuram, graças aos números impressos em cada ser

Agostinho, nesta ideia de busca da sabedoria, expõe aqui uma bela reflexão mostrando que no esforço para o homem tornar-se sábio, ele deixa de lado as coisas mutáveis e liga-se ao Ser único e imutável.

A sabedoria regula pelos números a harmoniosa evolução do universo. Ao aproveitar a ideia numérica dos pitagóricos, Agostinho mostra que, por derivarem daquele número que é eterno, funcionam como um condutor para esta ‘Sabedoria eterna’.

Infelizes são os que não reconhecem nos seres criados o reflexo da sabedoria de Deus. Eis a fala de Agostinho que mostra a sua argumentação e a importância de perceber na Sabedoria eterna a criação de tudo.

(...) Infelizes daqueles que se afastam de tua luz e mergulham com delícia na própria obscuridade! Será como se voltassem às costas para ti, ó Sabedoria e precipitassem em suas obras carnis, como na própria sombra (...). (AGOSTINHO, 2004, p. 130).

Sendo assim, é importante ainda perceber que *a sabedoria é comunicada a todos os seres*, que pela perfeição desse Ser comunicador, pode-se assim formar todas as coisas.

6.3. O princípio de participação. Todo bem e toda perfeição é percebida de Deus.

A argumentação exposta por Agostinho aqui mostra que todo ser mutável se aperfeiçoa por Aquele que é perfeito (recebe uma perfeição). Após expor esta premissa, a argumentação exposta levará a uma conclusão mostrando que tudo provém da perfeição de Deus. Esta suma perfeição é o governo de tudo. Sendo assim, todo e qualquer ser participa da perfeição de Deus.

6.4. O livre-arbítrio é um bem em si mesmo

Agostinho aqui quer provar, em uma argumentação bem fortalecida, que o livre-arbítrio é um bem em si. Para isso, Evódio se considera convicto de que Deus existe e que todos os bens procedem Dele (aonde a vontade livre é considerada como um desses bens).

Ainda que o homem possa usar mal da liberdade, a sua vontade livre deve ser considerada como um bem e a resposta é clara: porque é concedida por Deus. Agostinho mostra também que ‘deves reconhecer que ela é um bem e um dom de Deus, e que é preciso condenar aqueles que abusam desse bem’.

Para continuar sua argumentação no próximo capítulo, Agostinho mostra aqui a existência de ‘graus de bem’(maior, intermediário e menor), onde a liberdade ocupa um grau médio.

6.5. Entre os grandes bens, as virtudes cardeais

Para Santo Agostinho os grandes bens são quatro: a justiça, a prudência, a força e a temperança.

Neste capítulo, ele objetiva mostrar a diferença existente entre os bens, uma diferença hierárquica, não sendo *o livre-arbítrio o bem mais perfeito*. Por ser um bem intermediário pode não só ser usada para o bem, pode ser usada também para o mau (o mesmo ocorre com os bens pequenos)

Portanto, *a vontade livre está entre o Bem supremo e os bens mutáveis*. Aqui, Agostinho expõe também o alcance da felicidade através do seguimento as regras que não são mutáveis.

6.6. O mal origina-se da deficiência do livre-arbítrio

Como o afastamento da vontade de Deus é ocasionado, para Agostinho pelo pecado, esse movimento ocasionado pelo mau uso

do livre-arbítrio pode ocorrer por ele ser um bem intermediário.

A solução ao problema da origem do mal em Santo Agostinho tem como base a ideia platônica de ‘deficiência’: o mal é originado por uma deficiência da vontade livre.

LIVRO III: LOUVORA DEUS PELA ORDEM UNIVERSAL, DA QUAL O LIVRE-ARBÍTRIO É UM ELEMENTO POSITIVO, AINDA QUE SUJEITO AO PECADO

Durante toda esta parte do livro, Agostinho irá desenvolver uma argumentação com finalidades a defender a sua tese exposta anteriormente, no final do argumento acerca da prova da existência de Deus: o livre-arbítrio é um bem, ainda que sujeito ao pecado.

Inicialmente, Agostinho coloca a vontade livre como um bem proveniente de Deus. Com esta exposição inicial, Evódio busca compreender a sua ‘inclinação’ aonde esta afasta-se de Deus, ou seja, há em si um movimento capaz de um desvio.

Agostinho, utilizando-se sua argumentação, tenta mostrar que ao voltar-se para o material(ocorrente devido a uma necessidade) pode não ser utilizada para o bem, porém não deixa de ser um bem em si que provém de Deus.

Em todos estes capítulos serão tratados temas que ligam a ‘inclinação’ culpável da alma para os bens transitórios, em detrimento aos bens imutáveis. Esse movimento tido como culpável, afasta-se da vontade de Deus. Dita em outras palavras: esta parte do livro aborda questões relativas às fraquezas do uso do livre arbítrio.

7. Primeira parte: conciliação entre o pecado e a presciência de Deus.

A presciência de Deus ou o conhecimento do futuro não tira a liberdade de nossos atos. A argumentação aqui utilizada por Agostinho mostra que mesmo Deus sabendo daquilo que iremos fazer até mesmo antes de o realizarmos, Ele não nos impede.

7.1. Objeção: não acontece necessariamente o que Deus prevê

‘(...) como pode que, pelo fato de Deus conhecer antecipadamente todas as coisas futuras, não venhamos nós a pecar, sem que isso seja

necessariamente? De fato, afirmar que qualquer acontecimento possa se realizar sem que Deus o tenha previsto seria tentar destruir a presciência divina com desvairada impiedade (...). (AGOSTINHO, 2004, p. 152).

Para as condições para o entendimento do problema está: crer na Providência e cultivar os sentimentos de piedade.

7.2. A presciência divina, longe de destruir o ato livre, exige a sua existência

Tudo o que fazemos quando queremos está sob o nosso poder (a vontade livre nos concede esta capacidade e está sempre sob o nosso comando). A argumentação aqui é para mostrar que Deus, mesmo conhecendo os nossos atos, nos deixa livre para o realizarmos ou não (dependendo da nossa escolha).

Nada, porém, ocorre que Deus não saiba, porém aqui está em jogo duas questões: de um lado a presciência divina e de outro a liberdade, onde a primeira abre espaço à segunda.

7.3. Obscuridade da relação entre presciência divina e liberdade humana

Agostinho aqui quer mostrar a íntima relação entre ambos os conceitos. Surge então um questionamento: ‘Se Deus prevê que vamos pecar, porque ele não impede?’ A resposta é bem simples na sua argumentação: *prever não é forçar*. Se Ele prevê, porém, que o homem irá pecar, isso ocorre necessariamente.

8. Segunda parte: relações entre o pecado e a presciência divina

8.1. Louvemos a Deus por todas as obras criadas superiores como as inferiores

Neste capítulo introdutório a esta exposição, vê-se algo que perdurou em grande parte de sua obra e que estará presente de maneira mais forte nesta última parte: ‘o otimismo agostiniano’.

Expondo a sua Teoria do Exemplarismo, Agostinho mostra que todo ser é uma realização de uma ideia de Deus e todo conhecimento é uma participação deste, ou seja, toda e qualquer obra criada participa, está contida, no seu criador. Sendo assim a

Deus deve ser dado todo o louvor.

Agostinho reafirma aqui, com maior alegria e otimismo que *a vontade, mesmo pecadora, é um bem.*

8.2. Não atribuir a Deus a causa do pecado

Com uma forte argumentação, Agostinho quer mostrar que Deus, mesmo contendo em si a presciência, não pode ser o autor do pecado (voltaria ao maniqueísmo, o qual é combatido por Agostinho).

Agostinho aqui mostra que não se pode censurar a Deus por ter criado a vontade livre mesmo sendo falível e pecadora. O desejo da morte vem, muitas vezes para aqueles que se encontram nesse espaço (no pecado), porém mesmo assim Agostinho mostra a importância de louvar e bendizer ao criador, *louvar a Deus por sua bondade e justiça*, por não querer a morte do pecador, mais sim a sua vida por uma conversão.

8.3. A existência é amada porque vem do Sumo SER

Como foi exposto na argumentação acerca da existência de Deus, tudo o que provém Dele é bom. Aqui neste sentido, a existência também é boa. Muitas vezes a infelicidade é conferida devido à condição do pecado que leva ao homem querer extinguir este bem concedido por Deus.

A resolução-amar mais e mais a vida e aspirar ao amor das coisas eternas. Todos os seres, pelo fato de existirem, são bons (pois a existência é um dom concedido por Deus). Agostinho, a partir desta ideia, mostra a importância do homem em alegrar-se pelo fato de existir, mesmo que muitas vezes ele esteja infeliz. Para ele é melhor existir mesmo infeliz a deixar de ser infeliz por não mais existir.

É necessário sempre ver o lado bom da Vida (que é um dom concedido por Deus).

8.4. Nem mesmo aqueles que se suicidam preferem o não-ser

Em uma argumentação conclusiva acerca da morte, que vai contra a existência que é um dom concedido por Deus, Agostinho reforça a sua ideia principal mostrando a ocorrência desta (no ato daquele que tira a sua própria vida), como uma declinação do uso errado da vontade livre.

Neste capítulo, ele tenta mostrar o que ‘está por trás’ daquele que busca erradicar a sua existência. *No fundo, o suicida procura encontrar a própria tranquilidade.* A argumentação utilizada por ele mostra que ‘como não pode ser possível que alguém não goste de não utilizada também não ocorre que alguém seja ingrato com o Criador’, em outras palavras: no ato do suicídio existem outros fatores internos do que o fato de querer ‘acabar com a vida’.

8.5. É indevido censurar a Deus pela criação de seres menos perfeitos

Ao introduzir esta outra parte da argumentação, Agostinho mostra a íntima relação entre o pecado e a ordem do universo, pela metáfora a qual ele utiliza:

(...) contemplando a diversidade dos corpos, vê uns mais brilhantes do que outros, mas estarias no erro ao pedir a supressão dos mais obscuros ou o nivelamento com os mais brilhantes. Pois, se os consideras a todos em sua relação com a perfeição do universo, quanto mais eles diferem de brilho entre si, mais te é fácil constatar que todos eles existem (...). (AGOSTINHO, 2004, p.178).

Pelo uso da metáfora anterior, Agostinho mostra a íntima relação entre os corpos mais nobres com os outros menos brilhantes, o autor mostra a importância de compreender esta ideia de diversidade nas almas, pois a lamentação acerca do pecado, para ele, possui um papel na perfeição do universo.

Entre as ideias principais destacadas por ele neste capítulo pode-se citar: ‘*o pecado nada tira da ordem do universo*’ e outra tentativa dele em mostrar que *a penalidade sofrida pelas almas pecadoras contribui para a perfeição do universo* (através ou para alcançar a redenção).

8.6. Consequências do pecado original

Agostinho expõe aqui duas fontes para o pecado: o pensamento espontâneo e a persuasão de outrem, mostrando que aqui o pecado é voluntário (parte da liberdade). É importante perceber a ação livre no ato de pecar, pois a justiça soberana

Daquele que é verdadeiro não pode deixar de remeter em ordem os estragos dos pecadores.

Para Deus (justo e bom) o pecado (que leva ao homem estragar-se) é extinguido por uma obra de redenção, aonde esta *submissão do senhor livra-nos do poder do demônio*.

Como recurso argumentativo, por um argumento à autoridade, Agostinho faz aqui o uso da Bíblia cuja finalidade é enriquecer esta sua tese. Ele mostra que Deus libertou o homem e ainda, pela sua redenção, continua livrando-o do poder do maligno.

8.7. Toda criatura justa ou pecadora contribui para a ordem universal

Através de um direcionamento à alma, Agostinho mostra a diferença entre os seres existentes que foram criados por Deus. Mesmo havendo os seres puros (aqui ele destaca os anjos) e os que estão distribuídos em outros graus(uns podendo levar até a imperfeição, que seria o pecado), como foi descrito no início do capítulo: todos contribuem para esta ordem universal.

8.8. Nada pode perturbar o governo de Deus sobre o universo

É importante perceber a construção argumentativa de Agostinho, mostrando que todo e qualquer ser (por ter sido criado por Deus) deve louvá-lo e que em todos há a ideia de bom, mesmo que o pecado a corrompa ela está sempre presente, pois veio daquele que é sumamente bom.

Agostinho aqui evidencia duas conclusões: 1-a criatura corpórea-até a de condição mais ínfima- não está privada desta beleza que provém de Deus; 2-Deus é digno de louvores, Ele é o criador excelente e governador muito justo de todos os seres.

É importante perceber a superação da tese maniqueísta, que mostrava um Deus que poderia ser bom e mau ao mesmo tempo. Aqui, Ele é apresentado como um ser Sumamente bom e justo.

8.9. Contemplação da beleza da criação

(...) Enfim, deixemos a visão da beleza das coisas para serem contempladas por aqueles que a podem ver, graças ao auxílio de Deus. Quanto àqueles que são incapazes de vê-la, não tentemos leva-los a contemplar o inefável

8.10. Princípio fundamental: todo ser é bom. O mal é uma privação

Por caracterizar como um fundamento de base em Platão (pensador da Antiguidade), ao tratar deste problema (que muitas vezes deixa dúvida em diversos aspectos), Agostinho remete a ele. O problema do mal é bastante evidenciado em toda a sua obra e em diversas partes ele oferece um olhar acerca deste. Aqui, ao contemplar toda a beleza da criação vemos que tudo é bom, porque provém do Ser sumamente bom. E o mal?

Agostinho oferece esta resposta, via Platão, como uma privação deste bem, que é ocasionada (como falado anteriormente) pelo mau uso da vontade livre. Mais aqui vale mostrar que todo e qualquer ser é bom.

8.11. Dois complementos

Agostinho aqui expõe duas ideias principais:

- 1- Natureza alguma corrompe-se sem já está viciada, porém mesmo assim Agostinho mostra que ela possui uma força maior e uma excelência;
- 2- Nem toda corrupção é digna de ser censurada.

Ao expor essas duas ideias, mostra que *louvar os seres é louvar a Deus, criador nas naturezas*. O louvor aqui entendido como um ato de reconhecimento pois ao provar a existência de Deus pela ideia de bom, é necessário mostrar que tudo o que ele fez é bom(via uma Teoria da Participação, interpretada aqui mais tarde por Tomás).

8.12. Motivos de louvar a Deus e Deus nada nos deve, nós tudo lhe devemos

Esses dois capítulos constituem a argumentação final de Santo Agostinho exposta nesta parte II: após ter percorrido anteriormente uma prova da existência de Deus por um viés de gradação dos bens, o bispo de Hipona mostrou que todo bem provém dele.

Aqui ao relacionar os bens que Dele provém com o pecado (decorrente de uma declinação do livre-arbítrio), Agostinho leva-

nos ao louvor a Deus pela obra de sua criação.

Sua tentativa na elaboração de suas obras era a tentativa de acabar com as heresias da época (como os maniqueístas, por exemplo, que mostravam uma dualidade em Deus, bom e mau).

Três ideias principais resumem toda esta parte da obra do Santo:

1-O pecado é causado pela vontade livre (durante toda a sua exposição sempre procurou mostrar, que a declinação do livre-arbítrio, um bem médio, pode levar a esta origem);

2-Deus não é a causa do pecado (Dele apenas pode vir coisas boas);

3-O louvor ao Criador em todas as circunstâncias (pela perfeição e bondade em toda a sua criação, caracterizada por uma gradação de seres).

Ao final de toda argumentação e exposição de Santo Agostinho, Evódio aceita tudo ‘com boa vontade’.

9. Terceira parte: problemas diversos

9.1. Posição do problema: sem liberdade não há pecado

A liberdade, como já foi exposta ao longo do livro, é a geradora do pecado. Os homens, diferentemente dos animais, são dotados de razão (meio pelo qual leva a cada um a esta declinação).

Agostinho mostra que *a raiz de todos os males é a vontade desregrada*, que leva a um agir injusto do homem segundo a liberdade que lhe fora concedida por Deus. Uma pergunta intrigante é iniciada neste segundo capítulo, que remota ao texto, apresentando assim uma conclusão acerca delas.

(...) qualquer que seja a causa que move a vontade, se acontecer lhe ser impossível resistir, e vier a cair sob a violência, não haverá pecado. Mais caso possa resistir que não ceda, e então certamente não haverá pecado (...). Em todo caso, ninguém pode negar que o pecado existe. Logo, será possível ao homem evita-lo (...). (AGOSTINHO, 2004, p. 208)

9.2. Se foram Adão e Eva que pecaram, que culpa temos nós?

A resposta argumentativa de Agostinho é a seguinte:

(...) Vagamos primeiramente no erro, ignorando o que devemos fazer. Em seguida, quando os

preceitos da justiça começam a nos ser manifestos e queremos cumpri-los não sei qual resistência da concupiscência carnal, e por qual necessidade, tornamo-nos incapazes de fazê-lo (...). (AGOSTINHO, 2004, p. 210-211)

9.3. Justiça e bondade de Deus na condição atual de fraqueza dos homens

Agostinho aqui quer mostrar que em qualquer hipótese, Deus é sempre justo (termo empreendido na parte anterior do livro)

(...) Afinal, ninguém de modo algum, a não ser Deus onipotente, pode ser o criador de tais almas, de dar-lhes a existência, antes mesmo de ter sido amado por elas. E reformá-las, amando-as; e aperfeiçoá-las, quando por elas amado. É Ele que dá o ser às almas que não existem ainda. E àquelas que o amam como autor de sua existência, concede-lhes o poder de serem felizes (...). (AGOSTINHO, 2004, p. 215).

9.4. O que preciso crer e que tipos de erros prejudicam a nossa felicidade

Remetendo a ideia de alma (que caracteriza toda a discursão do livro III), Agostinho inicialmente expõe as quatro opiniões acerca da origem da alma, porém de maneira crítica-constructiva expõe o início de toda sua argumentação:

(...) Contentemo-nos, por enquanto, de estarmos firmes na fé, para não aceitar opinião falsa alguma, ou que seja indigna da natureza do Criador (...). Pois se nossa opinião a respeito de Deus não for conforme o que Ele é, nosso esforço nos levará, forçosamente, não para a bem-aventurança (termo aqui entendido como felicidade), mais em direção à vacuidade (...). Pois não é em direção aos seres criados que somos ensinados a nos dirigir para nos tornar felizes, mais sim em direção ao próprio Criador (...). Porque, caminhando na direção da meta que não existe ou que, se existe, não nos torna felizes, ninguém pode chegar à vida bem-aventurada (...). (AGOSTINHO, 2004, p. 218-219)

9.5. Os pecados são atribuíveis à própria vontade, não a Deus

Agostinho, aqui neste capítulo, argumenta em favor a levar a uma conclusão:

(...) as almas estão sujeitas a um castigo merecido por seus próprios pecados, sem que seja atingida em nada a integridade, a justiça e a irredutível firmeza e imutabilidade do Criador, em sua natureza e majestade. Porque os pecados, como já expusemos longamente, não devem ser atribuídos senão à própria vontade. E não é para se buscar outra causa além dessa (...). (AGOSTINHO, 2004, p. 224)

Encerrando toda esta parte, Agostinho mostra a importância de sempre prestar louvor a Deus, pois:

(...) - seja por ter posto na alma desde a sua origem um começo de aptidão para ascender até o sumo Bem; - seja porque Ele a ajuda a progredir; -seja porque dá a esses progressos contínuos um complemento e coroamento; - ou seja, enfim, porque, por uma muito justa e merecida condenação, ele a faz entrar na ordem conforme os seus deméritos, quando ela peca, isto é, quando recusa desde os seus primeiros passos se elevar para a perfeição, ou que retroceda após alguns progressos(...). (AGOSTINHO, 2004, p. 225-226)

É importante perceber aqui que Agostinho mostra que além do Criador ter dado a bondade à alma, no ato do pecado, Ele também dá uma reparação a ela (pois é justo e bom, termos utilizados anteriormente). O pensador mostra aqui, em uma linguagem teológica, a imensidão da misericórdia de Deus que age sempre em favor do homem pecador, não do pecado.

9.6. A morte prematura das crianças e o sofrimento que padecem não são contrários à ordem universal

Nesta parte, Agostinho parte espaço para reflexão acerca daquelas crianças que morrem logo após o seu nascimento, que mesmo antes de ter determinado ou realizado qualquer obra meritória já parte. Com esta argumentação inicial, muito criticada pelas pessoas da época, Agostinho mostra a importância de

compreender que a consideração do conjunto e da ordem do universo que une todas as criaturas através do espaço e do tempo mostra que nenhum ser é criado inutilmente (recorrendo a metáfora mostrando que ‘nenhuma folha de árvore tenha sido criada sem motivo’).

9.7. Foi o homem criado em estado de sabedoria ou de insensatez?: Confronto entre o orgulho e a sabedoria

Para completar toda argumentação exposta nesta parte terceira do livro, Agostinho mostra a origem do primeiro pecado (provindo de Adão e Eva) que ainda perpassa nos nossos dias, proveniente do orgulho do homem.

Para Agostinho o orgulho é a principal fonte de toda e qualquer má opção (inclusive levou a passagem de demônio para este que era um anjo bom criado por Deus).

Conclusão

A guisa de uma conclusão, resta mostrar a importância desta obra no contexto contemporâneo. O homem sempre buscou a razão de si, onde suas atitudes e práticas, tomadas assim muitas vezes não possuem uma fundamentação. Agostinho procurou mostrar em toda sua obra um Ser necessário que é a partida para todas as coisas existentes e que o afastamento deste, provoca no homem más ações que devem ser reparadas por esta reaproximação a Deus.

Trabalhando com temas secundários, em sua grande parte, Agostinho ligou a ideia geral do livro ‘vontade livre’(um bem concedido por Deus), a outros ‘bens’ humanos e passageiros que por não seres concedidos pelo Criador, leva ao homem uma ‘declinação’, pecado.

O tema do livre-arbítrio é de tamanha reflexão em todos os tempos e épocas, pois o homem vê-se livre para pensar, agir e ser; porém muitas vezes esquece de medir a consequência de seus atos e a causa de suas ações.

Para reparar esta questão e indo contra as heresias, Agostinho cumpre com uma grande finalidade: mostrar que o amor de Deus pela sua obra é tão grande que Ele sempre oferece a chance de uma ‘reparação’, ‘reconciliação’ ou até mesmo uma reaproximação dele, o Bem supremo.

Assim, mesmo dispondo da liberdade, o homem pós-

moderno não deve esquecer-se que este ato implica antes de tudo, um compromisso com o que realizar-se-á para que não decline ou até mesmo se perca com este dom de Deus que lhe é concedido e sempre que isto ocorrer não esquecer do Ser sumamente bom, do seu amor pela criação e da chance que Ele oferece para esta reaproximação a Si.

Referência

AGOSTINHO. **O livre-arbítrio**. 4. ed. Trad. de Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 2004.

